



ATA nº 3/2019

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Penamacor,
realizada em vinte e nove de março de dois mil e dezanove**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Penamacor sob a Presidência de António Maria Vieira Pires, tendo sido coadjuvado pelos membros, Francisco José Pires Abreu Esteves e Valéria Gonçalves Cruchinho na qualidade de primeiro e segundo Secretários da Mesa, respetivamente. -----

Após ter verificado a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a sessão eram vinte horas. -----

Verificada a comparência dos Senhores membros da Assembleia, registaram-se as seguintes presenças: António Maria Vieira Pires, Francisco Abreu, Valéria Gonçalves Cruchinho, Manuel Marcelo, Guida Leal, João Luís Vaz, Nuno Vaz Gonçalves, Renato Robalo da Silva, Rogério Silvestre da Cruz, Maria Elisa Manteigas, Hélio Crucho, Samuel Osório, Patrícia Leitão, Carlos Alberto Pires e Sandra Almeida. -----

Presentes e por inerência estiveram também os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Mendes Vaz, Álvaro Gil Leitão, André Jacinto Silva, João Alves, António Gil, Silvino Vinha Veigas, António José Robalo, António Pinto e João de Campos. -----

Presentes, por parte do órgão Executivo estiveram o Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, o Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, a Vereadora Sandra Maria Pires Vicente e a Vereadora Anabela Castilho Campos, encontrando-se ausente o Vereador Domingos Manuel Bicho Torrão. -----

A Assembleia Municipal reuniu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I. Período da Ordem do Dia, nos termos do artº 16º do Regimento em vigor. -----

1. Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – Acordo de regularização de dívida, no âmbito do Decreto-lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, a celebrar entre o Município de Penamacor e a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. -----

O Senhor Presidente da Mesa, passou de imediato ao Ponto único da Ordem de Trabalhos. -----



PONTO 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – **Acordo de regularização de dívida, no âmbito do Decreto-lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, a celebrar entre o Município de Penamacor e a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A.** -----

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Informou que a realização da Sessão Extraordinária surge em face da necessidade de decisão da aplicação legal do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que possibilita a celebração de um acordo de regularização de dívidas entre a Câmara Municipal de Penamacor e a “Águas do Vale do Tejo, S.A”. Explicou que o grupo “Águas do Vale do Tejo S.A.”, teve alguma dificuldade em concertar toda a documentação referente a todos os municípios devedores; o documento em análise foi feito de igual forma para todos os Municípios, fazendo alusão aos montantes da dívida, capital e juros de cada Município. Informou que as “Águas do Vale do Tejo S.A.” tiveram de fazer uma retificação ao documento, porque a dívida do Município de Penamacor não tem capital associado, o município já o liquidou no ano dois mil e dezoito. A dívida que existe diz respeito a juros calculados no valor de duzentos e cinquenta mil euros e refere-se ao ano de dois mil e quinze. O que está a ser apresentado diz respeito à aplicação do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, que permite a redução de trinta por cento dos juros devidos ao sistema de águas e de saneamento de águas residuais. No Concelho de Penamacor sobre o valor de dívida de juros, representa a redução do valor em cerca de setenta e cinco mil euros a pagar de juros às “Águas do Vale do Tejo, S.A”. Expôs que após uma análise interna do documento, o município aceitou o acordo e que irá beneficiar da cláusula que permite ao devedor antecipar, em qualquer altura, o pagamento dos juros da dívida. A pretensão do Município de Penamacor é durante o ano de dois mil e dezanove liquidar toda a dívida remanescente, cerca de cento e setenta e cinco mil euros, beneficiando da aplicação dos trinta por cento de redução.-----

O Senhor Presidente da Mesa, perguntou aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o ponto em apreciação. Inscreveram-se a Deputada Guida Leal e o Deputado Municipal Manuel Marcelo.

Deputado Guida Leal: -----



Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, Executivo Municipal, Deputados Municipais, Público e Comunicação Social. -----

Certificou que o Executivo Municipal tem dado provas claras e que poderão estar descansados quanto à forma como tem sido feita a gestão financeira do Município. Afirmou que se o Executivo tivesse continuado a devolver as faturas à então empresa “Águas do Zêzere e Côa” e não tivesse, atempadamente, negociado um plano de pagamento, hoje o Município de Penamacor estaria numa situação fragilizada, como infelizmente estão a maioria dos outros municípios. Declarou que o Executivo soube honrar os compromissos: tem a dívida do capital pago, devendo apenas duzentos e quarenta e sete mil novecentos e oitenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos, valor referente a juros. Informou que a assinatura do acordo apresentado, permite ao Município usufruir diretamente de um perdão da dívida de trinta por cento; ou seja, de setenta e quatro mil e trezentos e noventa e quatro euros e oitenta e dois cêntimos, que se traduz na liquidação de cento e setenta e três mil quinhentos e oitenta e sete euros e noventa e dois cêntimos. O Município de Penamacor tem tesouraria suficiente para o fazer e fica com a situação resolvida. Congratulou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelos seus resultados e que as mesmas são as conquistas de todos os Penamacorenses.-----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Cumprimentou todos os Deputados Municipais e cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo Municipal, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Sobre o ponto da ordem de trabalhos, apresentou duas partes: Expressou que a parte concreta do perdão dos juros é bem-vinda; o Município de Penamacor, em conjunto com outros municípios abrangidos pelo anterior sistema de “Águas do Zêzere e Côa”, deve beneficiar da possibilidade criada pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, publicado em janeiro passado. Concordou com o exposto pelo Senhor Presidente da Câmara que referiu que, como ato de gestão, serão pagos durante o ano de dois mil e dezanove as parcelas de amortização do contrato, não sendo preciso cinco anos e muito menos os vinte e cinco anos para o liquidar, porque existe saldo de tesouraria no Município de Penamacor. Disse que existem algumas questões acessórias e pertinentes, referindo um documento dos revisores oficiais de contas entregue a todos os Deputados Municipais, a vinte de fevereiro de dois mil e dezoito. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o ponto da situação referente ao memorando de entendimento assinado pela empresa “Águas do Zêzere e Côa”, agora designada por “Águas do Vale do Tejo, S.A.”, sistema no qual foram integrados vários municípios, para que se possa compreender o impacto negativo que teve a desafetação do Município da Covilhã do sistema da empresa das “Águas do



Zêzere e Côa”, o volume de negócios diminuiu, a empresa deixou de ter este município; houve um aumento de valores para os restantes municípios que tiveram de pagar mais pela água em alta, as taxas nos municípios tiveram de subir. De acordo com o relatório apurado pelos revisores de contas de acordo com os pressupostos do memorando, o Município de Penamacor terá direito a uma compensação de cerca de quinhentos e quarenta e quatro mil euros, resultante do cálculo das tarifas de saneamento entre dois mil e dez e dois mil e catorze, adicionando os valores correspondentes aos juros de mora, que ainda carecem de apuramento e que andaria por volta dos seiscentos mil euros. O recebimento desse valor compensaria o aumento dos custos da aquisição da água em alta durante o ano de dois mil e dez a dois mil e catorze. Indicou que o relatório refere que a concretização deste memorando depende da homologação do Ministro do Ambiente. Referiu que o documento relata que o município optou por não registar os possíveis efeitos contabilísticos sob o posto de vista da contabilidade financeira e do plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais, só em termos previsionais. Expôs que é um ativo patrimonial que ainda não está resolvido, o problema tem quatro anos e que o município tem o direito de ser compensado de uma verba de quinhentos e quarenta e quatro mil euros, mais os juros de mora. Solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, que obtivesse junto do Senhor Presidente da Câmara um cópia do memorando assinado, porque serve de alicerce às questões. Referiu que existem duas questões: a questão dos juros que está equacionada com o perdão de trinta por cento, que o Município de Penamacor faz bem em aproveitar para não ficar com encargos de dívida para o futuro; sobre a segunda questão, alertou para a situação de que cerca de vinte e oito municípios estavam ligados às “Águas do Zêzere e Côa” e que a grande maioria não assinou nenhum acordo de pagamento de dívidas. O Município de Penamacor assumiu o compromisso de pagamento dos juros das dívidas, mas os restantes municípios que não assinaram estão na expectativa de ainda lhes ser perdoada parte dessas dívidas, de acordo com a correspondência enviada por parte do Presidente da Administração das “Águas de Portugal” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia. Disse existirem dois tipos de acordos; o acordo global e acordo dos juros. O acordo global refere municípios que têm dívidas de capital; o Município de Penamacor já não vai estar presente no acordo global porque não detém dívidas de capital. Os restantes municípios estão presentes nesse acordo global que poderá resultar em mais-valias para os mesmos. Os outros municípios não pagaram à espera do acordo global, e expõe que se no acordo global lhes for dito que será perdoada uma certa percentagem, o Concelho de Penamacor poderá ficar prejudicado por ter avançado primeiro. Como última nota, que deriva do memorando de dois mil e quinze, e cita-se: “De igual modo nesse mesmo dia foi assinado entre as partes um acordo que define as participações das partes relativas aos investimentos necessários nas redes separativas pluviais, dado que é necessário tramitação de informação que não teve repercussões em



termos contabilísticos na nossa Autarquia” (fim de citação). O Deputado disse que é um problema estrutural do próprio País e da nossa região; a água em alta nas tubagens principais quando fornecida pelo sistema da empresa “Águas do Vale do Tejo, S.A.” e “Águas de Portugal” não é toda faturada aos munícipes, existem perdas. No Concelho de Penamacor as perdas são cerca de cinquenta a cinquenta e dois por cento, conforme o descrito pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos –“ERSAR”. Em Castelo Branco, existe catorze a quinze por cento de perdas de água. Concluiu que não é possível não haver perdas de água. Relatou que entre a água paga em alta pelos municípios e a água faturada aos munícipes existem diferenças. Expõe que todos os anos existe um défice e questiona qual o caminho?! Aumentar os preços da água todos os anos, também não é solução... Disse que o Executivo também não o tem feito. Conclui que existe um défice estrutural entre o gestor/proprietário do sistema; a água é um monopólio natural que o Estado delegou na empresa “Águas de Portugal”. Deve ser rapidamente investido no nosso Concelho cerca de um a cinco milhões de euros para que estruturalmente a água que é faturada à Câmara Municipal pelas Águas de Portugal em alta se aproximar e corresponder à que é vendida e faturada em baixa pela Câmara aos munícipes. O Município de Penamacor também deve investir para anular este desfasamento. Terminou expondo que o memorando de dois mil e quinze é o alicerce para estas questões. -----

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Mesa: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Sobre a exposição apresentada pelo Deputado Manuel Marcelo sobre as questões colocadas e sem deixar para o futuro, informou os presentes que desde janeiro de dois mil e dezanove que fez parte de um grupo de quatro autarcas que representam os dezasseis municípios e que desde esse período tem andado a negociar todo o pacote de dívidas, cerca de cem milhões de euros, da antiga empresa “Águas do Zêzere e Côa”. Esteve presente em várias reuniões com o Secretário de Estado, com o Senhor Primeiro Ministro. Esclareceu que existe uma questão que está em cima da mesa, que é o perdão de juros; o perdão de capital, está completamente fora de questão; os municípios devem, têm de pagar. Quanto à questão dos juros, independentemente deste acordo apresentado que também está a ser discutido em várias assembleias municipais pela maioria dos municípios para resolver esta situação, irão continuar o processo negocial. Existe um ofício dirigido ao Município de Penamacor e a todos os dezasseis municípios, por parte do Senhor Secretário Estado do Ambiente que permite um conforto sobre a questão do acordo e que não colocará em causa os benefícios que poderão advir da celebração posterior do acordo global; continuará o processo negocial. Existe um compromisso do Governo que todos os municípios que assinem de uma forma ou de outra



a resolução das dívidas, o memorando do lado de lá seria imediatamente homologado a partir de trinta e um de março de dois mil de dezanove. O Município de Penamacor está a beneficiar de uma questão financeira, mantendo-se em pleno no processo negocial e não se abdicará de um cêntimo desse processo. Informou que muito poucos municípios ficarão fora deste processo, e os que ficarem terão um caminho individual a fazer com a empresa “Águas de Portugal”. Com o processo negocial feito com o acordo global e a assinatura do memorando de entendimento celebrado em dois mil e quinze, para uniformização das faturas, os municípios perdem a moral para não pagar as faturas. Informou que o memorando tem na sua génese a saída do Município da Covilhã. Tem contemplado os valores de compensação sobre o período de dois mil e onze e dois mil e quinze. Esclareceu que desde que seja homologado, daí para a frente pagam-se todas as faturas de água e saneamento de forma integral. O Concelho de Penamacor não tem dívida, existe o pagamento dos juros e o Município pode beneficiar da redução de trinta por cento. Informou que há cinco anos município anda a fazer investimentos estruturais no Concelho de Penamacor, reduzindo cerca de setenta por cento dos caudais pluviais na Estação de Tratamento de Águas Residuais – “ETAR” de Penamacor. Neste momento estão a realizar-se investimentos na Freguesia de Aranhas e irão ser realizados benefícios nas restantes freguesias do concelho. Clarificou que este défice estrutural não é fácil reverter de um dia para o outro, existem muitas perdas de água. Na Freguesia de Penamacor as perdas de água irão baixar, porque a faturação dos caudais próprios da Câmara e faturação dos consumos públicos eram todos consideradas perdas. Relatou que ainda estão longe de ter uma situação equilibrada, como o do Município de Castelo Branco, que já anda a fazer investimentos estruturais em setores pluviais e em novas condutas de água na cidade e em todo o concelho há vinte anos, sendo hoje os Serviços Municipalizados – “SMAS” de Castelo Branco, um dos melhores do País. O Concelho de Penamacor anda a fazer investimentos há cinco anos e continuará, porque não pretende, num futuro a curto prazo ter de aumentar as tarifas aos habitantes. Ainda se está longe de um sistema sustentável, mas já se consegue ter uma sustentabilidade entre a receita direta e os custos diretos. Aludiu que não se perde rigorosamente nada no processo negocial em curso ou potenciais benefícios futuros e que se os outros municípios forem compensados, o Município de Penamacor também o será da mesma forma, naturalmente dentro dos valores que o Município de Penamacor tem e que os outros municípios têm. Explicou que os outros Municípios, que têm dezenas de milhões de euros de dívidas, num processo de compensação, serão compensados proporcionalmente. Afirmou que o Município de Penamacor pretende honrar os compromissos assumidos no ano de dois mil e quinze e informou que o pacote de investimentos que o grupo “Águas de Portugal” tem para fazer, brevemente no Concelho de Penamacor é porque o Município paga a pronto

pagamento e existe um excelente entendimento entre o Município, o grupo “Águas de Portugal” e o atual Secretário de Estado do Ambiente, que foi Presidente da anterior empresa Águas do Zêzere e Côa. -----

O Deputado Manuel Marcelo, solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Mesa, que lhe foi concedido.-----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara apresentou um bom diálogo referindo que o Senhor Secretário de Estado do Ambiente colabora; mas acha estranho que desde há quatro anos atrás o Senhor Ministro do Ambiente não tenha homologado a questão que consta no acordo. -----

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Mesa: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Esclareceu que, se estivessem na posição do Senhor Primeiro Ministro, garantidamente não homologava nos termos atuais, uma vez que se o grupo “ Águas de Portugal” reclama cem milhões de dívidas dos municípios, e existe um memorando de entendimento de crédito de vinte milhões das “Águas de Portugal” aos municípios, dar vinte milhões e receber cem milhões, qualquer bom gestor não assinaria ou homologava qualquer tipo de apoios e muito menos seria admitido pela tutela das finanças. Concluiu que o Município de Penamacor é bom pagador, têm as contas em dia e que irá liquidar a dívida do juros até ao final do ano de dois mil e dezanove. Referiu ainda que se algo falhar ou correr mal neste memorando de entendimento, darão conhecimento das consequências negativas que poderá trazer para o Município de Penamacor. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta da Ordem de Trabalhos no **Ponto 1 – Acordo de regularização de dívida, no âmbito do Decreto-lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, a celebrar entre o Município de Penamacor e a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A, foi APROVADA POR UNANIMIDADE** com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

Nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artº 57 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **foi também deliberado, por UNANIMIDADE, aprovar a presente deliberação em Minuta**, com vinte e quatro (24) votos a favor no sentido de produzir eficácia imediata à sua aprovação. -----

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão Extraordinária de vinte e nove de março de dois mil e dezanove eram vinte e uma horas e trinta



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que, depois de lida e votada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e por mim, Carla Matos, Assistente Técnica designada para apoio ao Secretariado desta Assembleia Municipal de Penamacor, que a redigi e subscrevo. -----


Faz parte integrante desta Ata a gravação áudio desta Sessão, a qual fica depositada nos Serviços do Secretariado da Assembleia Municipal de Penamacor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Maria Vieira Pires)

A Assistente Técnica



(Carla Matos)